



PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 64/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2022
PROAMUSEP – UASG 926750

PREÂMBULO

O **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DA AMUSEP – PROAMUSEP**, com sede na Avenida Nóbrega, 370 – Zona 04, na cidade de Maringá/PR, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, de acordo com as normas, condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus anexos, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

➤ **PREGÃO PARA AMPLA CONCORRÊNCIA**

- **TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL**

- **MODO DE DISPUTA: ABERTO**

➤ **OBJETO:** A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa qualificada para prestação de serviços de seguro total para assegurar os veículos utilizados pelo SAMU Regional Norte Novo, cuja descrição consta no Termo de Referência – Anexo I.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R\$ 104.072,92 (centro e quatro mil, setenta e dois reais e noventa e dois centavos).

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado será realizada a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio do **SISTEMA COMPRASNET**.

➤ **INICIO SESSÃO/DISPUTA DE LANCES: às 09h00min do dia 27/10/2022.**

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

➤ **REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília/DF.**

Conforme justificativa acostada aos autos, foi aplicado o inciso II do Art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006 “II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório; ” pois todos os fornecedores que enviaram cotações, não são ME/EPP.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.

1.2. O pregão será realizado em sessão pública através do sistema eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.

1.3. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o www.comprasgovernamentais.gov.br.

1.4. O edital está disponível no Consórcio Público Intermunicipal de Gestão da AMUSEP – PROAMUSEP, sito à Avenida Nóbrega, nº 370, Zona 04, em Maringá/PR – CEP 87014-180 e



na internet, nas páginas www.comprasgovernamentais.gov.br e no site do PROAMUSEP www.proamusep.com.br/portaldatransparencia/licitacao.

1.5. Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) LETÍCIA CRISTINA ALVES DRECHASLER DA SILVA e equipe de apoio, designadas pela Portaria nº 97/2022 de 01/08/2022, empregados públicos do PROAMUSEP.

- E-mail: licitacao@proamusep.com.br

- Telefone: (44) 3265-1582

- Endereço: Avenida Nóbrega, 370, Zona 04 – Maringá/PR – CEP 87014-180.

1.6. O atendimento será feito no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min.

1.7. Cabe a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa qualificada para prestação de serviços de seguro total para assegurar os veículos utilizados pelo SAMU Regional Norte Novo, cuja descrição consta no Termo de Referência – Anexo I.

2.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no Compras Governamentais e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

3. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, endereçada exclusivamente por meio eletrônico via internet, ao e-mail: licitacao@proamusep.com.br.

3.1.1. Os pedidos de esclarecimento serão respondidos pela pregoeira ao solicitante, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do seu recebimento.

3.1.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema, e vincularão os participantes e a Administração.

3.2. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

3.2.1. As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas à Pregoeira por meio eletrônico através do e-mail: licitacao@proamusep.com.br, ou protocoladas em dias úteis, das 8h às 12h e 13h às 17h, na Avenida Nóbrega, nº 370, Zona 04, em Maringá/PR – CEP 87014-180.

3.2.2. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

3.2.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada no Diário Oficial Eletrônico do PROAMUSEP, nova data para realização do certame.

3.3. A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, ou de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

3.4. **Serão sumariamente desconsideradas as impugnações ou pedidos de esclarecimentos que estejam em desacordo com a forma e/ou prazo determinado neste Edital.**

3.5. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada no Diário Oficial Eletrônico do PROAMUSEP nova data para realização do certame.



- **ESCLARECIMENTOS SOBRE O EDITAL:** Letícia – Pregoeira, pelo telefone (44) 3265-1582 no horário das 8h00min às 11h30min e 13h30min às 17h00min, e/ou no e-mail: licitacao@proamusep.com.br e/ou na sede deste Consórcio, sito à Avenida Nóbrega, nº 370, Zona 04 – Maringá/PR, CEP: 87.014-180.
- **ESCLARECIMENTOS SOBRE O OBJETO DESTE EDITAL:** Rodolfo Moreno Mendes de Moraes – Coordenador de frotas, pelo telefone (44) 3220-7660/99131-1545, no horário das 8h00min às 11h30min e 13h30min às 17h00min, e/ou no e-mail: frota@proamusep.com.br e/ou na sede do SAMU Regional Norte Novo, sito à Rua Pioneiro Antônio Paulo da Silva, nº 1191 – Jardim Ipanema – Maringá/PR, CEP: 87.053-255.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A participação deste Pregão é para empresas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26 de abril de 2018.

4.1.1. As empresas não cadastradas no SICAF que tiverem interesse em participar do presente Pregão, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação de acordo com as orientações que seguem no link www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/sicaf, até o terceiro dia útil a data do recebimento das propostas, nos termos do artigo 21, II da Instrução Normativa nº 03 de 26 de abril de 2018.

4.1.2. A regularidade do cadastramento da licitante será confirmada por meio de consulta ao Portal COMPRASNET, no ato da abertura do Pregão.

4.2. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não”, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- a) Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;
- b) Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital;
- c) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- d) Que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- e) Que a proposta foi elaborada de forma independente;
- f) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal.

4.3. Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

- a) Tenham sido declaradas inidôneas por este Consórcio, Municípios, Estados, pela União, ou qualquer de seus órgãos;
- b) Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária;
- c) Estejam cumprindo penalidade de impedimento de licitar;
- d) Tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas licitantes;
- e) Não funcionem no país, se encontrem sob falência, concordata, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;
- f) Tenham sócios, proprietários, gerentes, administradores, funcionários/empregados cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até o terceiro grau, de agente público/empregado público pertencente ao quadro do PROAMUSEP;



g) O empregado público ou ocupante de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração do PROAMUSEP, bem como cônjuges/companheiro ou parente em linha reta ou colateral, a empresa da qual estes figurem como sócios, dirigentes ou participem indiretamente.

4.4. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

4.5. A participação nesta licitação implica a aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

4.6. Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação eventualmente fixadas no edital.

4.7. A pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil.

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.4. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. As licitantes encaminharão exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. As licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado às demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

6.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.5. Incumbirá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6. Até a abertura da sessão pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.



6.7. Os preços e os produtos/serviços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.8. Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, a licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e considerar as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, descrevendo detalhadamente as características do objeto cotado, informando marca/fabricante (se for o caso) em campo próprio do sistema, preço unitário por item, com até duas casas decimais após a vírgula.

6.9. O tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte não podem resultar em preço superior ao estabelecido como referência, que será revelado logo após o encerramento da fase de lances, e nem se revelar desvantajoso para a Administração Pública, ou representar prejuízo ao complexo do objeto a ser contratado.

6.10. A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

6.11. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que ocorrerá somente após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.12. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada serão disponibilizados somente para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. No dia e hora constante do preâmbulo, horário de Brasília/DF, a sessão pública na internet será aberta por comando da Pregoeira, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

7.2. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique a licitante.

7.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todas as participantes.

7.3.1. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e as licitantes.

7.6. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6.1. A disputa se dará por item, sendo que se sagrará vencedora a licitante cujo valor do lance do item for o menor.

7.6.2. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.7. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7.1. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.



7.8. O intervalo entre os lances enviados pela mesma licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.8.1. O intervalo dos lances será de R\$ 10,00 (dez reais).

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “ABERTO”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a pregoeira, assessorada pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pela pregoeira, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

7.15. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.17. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

7.18. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível as licitantes para a recepção dos lances.

7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será por meio da aplicação do critério estabelecido no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

- a) No país;
- b) Por empresas brasileiras;
- c) Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;
- d) Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.20.1. Caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva e houver empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira tornará público o orçamento e o valor máximo estabelecido, encaminhando pelo sistema eletrônico contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.22. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

7.23. A pregoeira solicitará a licitante melhor classificada que, no prazo de até 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



7.24. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26º do Decreto nº 10.024/2019.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 – TCU – Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços totais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. Qualquer interessada poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.5. A Pregoeira poderá convocar a licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada da licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Pregoeira.

8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira (documentos complementares), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, bulas, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio, no prazo de 2 (duas) horas, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6. Será adjudicado o objeto para a licitante que ofertar o menor preço, respeitado o teor da cláusula 8.2, salvo quando, justificadamente, ficar demonstrado que é inexequível ou inviável o lance ofertado.

8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificada, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a pregoeira verificará a habilitação da licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Consulta aos Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (<http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ai/ConsultarImpedidosWeb.aspx>);



c) Consulta Consolidada TCU, CNJ, CEIS, CNEP (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.3. Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação, de acordo com o critério do TCE/PR.

9.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44º e 45º da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.5. A documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA consistirá em:

9.5.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada e/ou EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede da licitante;

9.5.3. Para efeitos da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes deverão apresentar juntamente com a documentação de habilitação, a fim de COMPROVAR O ENQUADRAMENTO:

a) Certidão Simplificada de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte expedida pela Junta Comercial do Estado da sede da Licitante, nos últimos 60 (sessenta) dias, contados a partir da data prevista para recebimento das propostas e da habilitação;

b) Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

9.5.4. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

9.6. A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA consistirá em:

a) Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 90 (noventa) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar do documento;

b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanço provisório, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

c) A comprovação da boa situação financeira da empresa licitante, de que trata o item acima, será demonstrada pela obtenção do Índice de Liquidez Corrente (LC), Liquidez Geral (LG) e Solvência Geral (SG) maior ou igual a 1,0 (um vírgula zero). $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$ - $SG = AT / (PC + ELP)$ - $LC = AC / PC$. Onde: AC = Ativo Circulante; RLP= Realizável a Longo Prazo; PC= Passivo Circulante; ELP= Exigível a Longo Prazo; AT= Ativo Total.

9.6.1. A empresa que não tiver alcançado os índices exigidos, será habilitada desde que tenha capital social equivalente a 10% (dez por cento) do valor médio estimado da contratação.

9.6.1.1. Somente serão aceitas as demonstrações contábeis na forma da lei, respeitando a norma legal que rege estes documentos, os quais deverão contemplar: a indicação do número das páginas e do número do Livro Diário onde estão inscritos o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, acompanhados dos respectivos termos de abertura e encerramento do mesmo; assinatura do contador e do titular ou representante legal da entidade nas demonstrações contábeis; e prova de registro na Junta Comercial ou cartório (com carimbo, etiqueta ou chancela da Junta Comercial).



9.6.2. Para as empresas que adotarem o SPED Contábil (Sistema Público de Escrituração Digital) deverão apresentar impressos o arquivo da ECD que contenha o Balanço Patrimonial do último exercício (arquivo transmitido por meio do SPED em formato.txt) e o Termo de Autenticação (recibo gerado pelo SPED).

9.6.3. Para empresas constituídas há menos de 01 (um) ano, será aceita a apresentação do balanço de abertura, devidamente registrado na Junta Comercial, acompanhado do documento de constituição da empresa, que comprove tal condição. Não será aceito nenhum outro documento, que não este, previsto em lei.

9.6.4. Os índices econômico-financeiros exigidos buscam garantir a contratação de empresa com saúde financeira suficiente para suportar o período de vigência do Contrato e o pagamento realizado pelo PROAMUSEP, que se dará trinta dias após as aquisições, visando uma prestação de serviço ininterrupta, bem como para a efetiva comprovação nos casos de empresas declaradas como ME e/ou EPP.

9.7. A documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA consistirá em:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- f) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;
- h) Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescida pela Lei nº 9.854/99.

9.7.1. Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarada vencedora do certame, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.7.2. A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

9.7.3. Os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome da licitante, com número de CNPJ/MF. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.



9.7.4. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões de regularidade fiscal e trabalhista, especialmente quando a licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

9.7.5. Os documentos de que tratam os subitens anteriores serão analisados pela pregoeira e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com o solicitado neste Edital.

9.8. A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA consistirá em:

Não há.

9.9. No julgamento da habilitação, a pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.10. O não atendimento das exigências constantes do item 9 e 10 deste Edital implicará a inabilitação da licitante.

9.11. A licitante provisoriamente vencedora em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigada a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.12. Para comprovação da marca e modelo do produto cotado, somente serão aceitas fichas técnicas, folders, catálogos, em português, disponibilizados pelo fabricante, legíveis, com informações claras do equipamento, modo de uso, entre outras informações pertinentes ao objeto solicitado em edital.

9.13. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora.

10. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A proposta de preços provisoriamente classificada em primeiro lugar, contendo especificações detalhadas do objeto, com os preços unitários, adequados aos lances eventualmente ofertados, deverá ser anexada no sistema do Compras Governamentais, juntamente com a documentação de habilitação, no prazo máximo de **02 (duas) horas**, contados a partir da convocação pela Pregoeira.

10.1.1. A proposta deverá ser subscrita pelo representante legal da licitante, mediante procuração devidamente assinada, se for o caso, com firma reconhecida, que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para formular ofertas e lances de preços, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, devendo ser acompanhada do contrato ou estatuto social.

10.1.2. Juntamente com a proposta de preços, deverá ser anexado o catálogo, folder ou prospecto (em português) do objeto ofertado, de forma a propiciar o julgamento da proposta técnica.

10.1.3. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no item anterior, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

10.2. A proposta deverá conter:

10.2.1. Proposta de preços, conforme modelo constante do Anexo II do presente Edital, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação da proposta;

10.2.2. Preços unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

10.2.3. Indicação de que nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto;

10.2.4. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a abertura do presente certame;

10.2.5. Indicação/especificação do produto e marca;



10.2.6. Declaração de que se enquadra na condição de micro e pequena empresa prevista na Lei Complementar 123/06;

10.2.7. O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), com até duas casas decimais (0,00);

10.2.8. A proposta, enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias do Edital e Anexos sob pena de desclassificação;

10.2.9. A Pregoeira reserva o direito de realizar diligências para instrução do processo sobre informações que não estejam claras, bem como de solicitar documentos complementares que julgar necessários para os respectivos esclarecimentos, que deverão ser encaminhados digitalmente e no prazo de 2 (duas) horas;

10.2.10. A proposta apresentada terá que refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação;

10.2.11. O PROAMUSEP poderá solicitar a licitante a prorrogação do prazo de validade da PROPOSTA por até 30 (trinta) dias. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado a licitante recusar ou aceitar o pedido; entretanto, no caso de concordância, a PROPOSTA não poderá ser modificada.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

11.1. Os documentos deverão ser apresentados eletronicamente, ficando sua veracidade sujeita a consulta a ser realizada pela equipe de apoio, em havendo dúvidas, a pedido da Pregoeira, deverão ser remetidos ao Departamento de Licitações do PROAMUSEP: **Avenida Nóbrega, nº 370, zona 04, Maringá/PR CEP 87.014-180**, aos cuidados do Departamento de Compras, Licitações e Contratos do PROAMUSEP, no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, contados da formalização desta solicitação.

11.1.2. O envelope contendo os documentos deve estar lacrado e informar o nome da empresa ou empresário individual, número do CNPJ, número e ano do Pregão Eletrônico.

11.2. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pela licitante classificada em primeiro lugar, a pregoeira o declarará vencedora.

11.3. Ocorrendo a inabilitação, a pregoeira convocará a licitante do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

12. DA VERIFICAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

12.1. Visando à comprovação da habilitação da licitante, serão consultadas online, em sistemas específicos, as seguintes situações:

12.1.2. Estar habilitado parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

12.1.3. Ter declarado no sítio Compras Governamentais a inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;

12.1.4. Ter declarado no sítio Compras Governamentais que não utiliza mão de obra infantil;

12.1.5. Ter declarado no sítio Compras Governamentais que está de acordo com todas as exigências editalícias;

12.1.6. Ter declarado no sítio Compras Governamentais a “Elaboração Independente de Proposta”;

12.1.7. Não possuir registro impeditivo da contratação no SICAF, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União (CGU), disponível no Portal da Transparência (www.portaltransparencia.gov.br/ceis) e no Cadastro de Impedidos de Licitar do TCEPR (<http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx>). Caso haja algum registro impeditivo, a licitante será excluída do certame;



12.1.8. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação pela licitante classificada em primeiro lugar, a pregoeira a declarará vencedora;

12.1.9. Ocorrendo a inabilitação, a pregoeira convocará a licitante do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, as licitantes dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

13. DOS RECURSOS

13.1. Declarada a vencedora, a pregoeira abrirá prazo imediato durante o qual qualquer licitante poderá, de forma motivada e em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

13.2. A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.

13.3. Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo intimadas para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.4. Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no site: www.comprasgovernamentais.gov.br.

13.4.1. No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição das interessadas com o responsável pela condução do pregão.

13.5. O recurso contra decisão da Pregoeira não terá efeito suspensivo.

13.6. Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, a Pregoeira terá até 5 (cinco) dias para:

13.6.1. Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;

13.6.2. Motivadamente, reconsiderar a decisão;

13.6.3. Manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade competente, para julgamento.

13.7. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.8. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.

13.9. Não havendo recurso, a Pregoeira adjudicará o objeto a licitante vencedora e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

14.1.2. Quando a licitante declarada vencedora não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43º, §1º da Lei Complementar nº 123/2006.

14.2. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.3. Todas as licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.

14.3.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), de acordo com a fase do procedimento licitatório.



15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, a licitante classificada em primeiro lugar será declarada vencedora.

15.1.1. Se a primeira proponente classificada não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação da segunda proponente classificada, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo a respectiva proponente declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

15.1.2. A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto à proponente vencedora pela pregoeira, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal, nos moldes definidos neste edital.

16.2. Para a execução do pagamento, a contratada deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasuras, com data legível, a descrição do objeto licitado, valor total, o nome do Consórcio Público Intermunicipal de Gestão da AMUSEP – PROAMUSEP, CNPJ/MF nº 17.989.386/0001-09, conforme for o caso, e fazer menção a este processo licitatório e ao Contrato Administrativo.

16.3. O pagamento será efetuado à vista, após a assinatura do contrato, para posterior envio da apólice.

16.4. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquele será devolvida à Contratada e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o Consórcio.

16.5. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

16.6. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

16.7. Em caso de atraso de pagamento devido pelo PROAMUSEP, aplicar-se-á correção monetária conforme o índice do IPCA-E, juros de mora de 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao mês e multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, salvo nos casos do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

17. DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. Valor máximo estimado da licitação é de R\$ 104.072,92 (centro e quatro mil, setenta e dois reais e noventa e dois centavos).

17.2. Somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no Artigo 65, II, “d” da Lei 8.666/93.

17.3. Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.

17.4. Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Compras e Licitações do Consórcio.

17.5. Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 65, II, “d” da Lei 8.666/93.

17.6. Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

17.7. Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente edital, são oriundos de recursos próprios.



17.8. Os recursos orçamentários correrão por conta das seguintes dotações:

01.001.04.122.0001.2002. – Manutenção das atividades do SAMU – 33.90.39.00.00 – Prestação de Serviços – Pessoa Jurídica, fonte de recursos 1069.

18. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

18.1. Os serviços deverão ser executados de forma integral conforme solicitado pelo PROAMUSEP, através de Nota de Autorização de Despesas.

18.2. Os serviços deverão ser executados pela empresa vencedora conforme proposta apresentada e após homologação, quando solicitado através da Nota de Autorização de Despesas.

18.3. No prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da data da entrega da Nota de Autorização de Despesas.

18.4. O veículo relacionado para ser segurado, estará à disposição da empresa vencedora, para o caso de retirada de decalques, avaliação e etc.

18.5. A apólice será entregue pela empresa vencedora ao PROAMUSEP, mediante Nota de Autorização de Despesas.

18.6. Em um eventual sinistro de perda parcial, o veículo será encaminhado a Concessionária escolhida pela Contratante, o valor referente à franquia deverá ser pago prioritariamente à concessionária que irá promover o conserto de veículo, caso a concessionária não esteja com sua documentação regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse à concessionária, após empenho e ordem de faturamento.

18.7. O recebimento dos serviços será feito através da entrega da Apólice, acompanhada da Nota Fiscal de Serviços; ao Responsável pelo Secretário executivo do PROAMUSEP.

18.8. A licitante vencedora deverá prestar os serviços, em estrita conformidade com as disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o termo de referência, proposta de preços apresentada e, ainda, nos termos do Contrato Administrativo.

19. DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

19.1. As obrigações decorrentes deste **PREGÃO** poderão resultar em Contrato Administrativo, cuja minuta consta como **Anexo V** deste Edital.

19.2. O Contrato Administrativo terá vigência de 12 (doze) meses, durante a qual os valores não serão reajustados, e será encaminhado através do correio, para o endereço fornecido pela licitante na fase de habilitação, competindo a CONTRATADA **a assinatura do instrumento em 02 (duas) vias**, providenciando a entrega da via original no Departamento de Licitações do PROAMUSEP, **em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento**.

19.3. A via do instrumento destinada a contratada, devidamente assinada pelo Consórcio, será encaminhada pelo correio e/ou por correio eletrônico, na forma do item antecedente, a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior.

19.4. O Contrato Administrativo deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador), mediante apresentação do contrato social e procuração, **na hipótese de nomeação de procurador**, e cédula de identidade do representante.

19.5. O prazo para a assinatura do Contrato Administrativo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

19.6. O PROAMUSEP poderá, a qualquer tempo, requerer comprovação da prática dos preços apresentados, que poderá ser feita através da cópia de notas fiscais ou outro documento comprobatório dos preços de mercado.

19.7. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



20. DAS PENALIDADES

20.1. A licitante e a Fornecedora/Contratada que incorram em infrações sujeitam-se às seguintes sanções administrativas:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- e) Impedimento de licitar e contratar com o PROAMUSEP, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas.

20.2. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”, “d” e “e” do item anterior poderão ser aplicadas a licitante, a adjudicatária e a contratada, cumulativamente com a multa.

20.3. Advertência será aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação e de contratação.

20.4. A multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da proposta, será aplicada a quem:

- a) Retardar ou impedir o andamento do procedimento licitatório;
- b) Não manter sua proposta;
- c) Apresentar declaração falsa;
- d) Deixar de apresentar documento na fase de saneamento.

20.5. A multa, de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do item no qual participou ou foi arrematante, será aplicada a quem:

- a) Apresentar documento falso;
- b) De forma injustificada, deixar de assinar o contrato ou instrumento equivalente;
- c) Foi advertido e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s).

20.6. Multa de mora diária de 0,3% (zero vírgula três por cento), calculada sobre o valor total do contrato, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega do objeto contratual; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia será cabível a multa compensatória.

20.7. A multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, será aplicada no caso de inexecução total ou parcial do Contrato.

20.8. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, será aplicada a licitante que:

- a) Abandonar a execução do contrato;
- b) Incorrer em inexecução contratual.

20.9. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será aplicada a quem:

- a) Fizer declaração falsa na fase de habilitação;
- b) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;
- c) Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;
- e) Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial, infrações à ordem econômica definidos na Lei Federal nº 12.529/2011.

20.10. O impedimento de licitar e de contratar com o PROAMUSEP, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será aplicado a quem:

- a) Recusar-se injustificadamente, após ser considerada adjudicatária, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido neste edital;
- b) Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) Não manter a proposta;



f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;

g) Comportar-se de modo inidôneo, fora das hipóteses previstas.

20.11. O Presidente do PROAMUSEP é a autoridade competente para impor as penalidades previstas no item 21.1.

20.12. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com a Administração ou da declaração de inidoneidade:

a) Às pessoas físicas que constituíram pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

b) Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas na alínea anterior.

20.13. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pelo PROAMUSEP.

20.14. Na aplicação das sanções, o PROAMUSEP observará as seguintes circunstâncias:

a) Proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação;

b) Os danos resultantes da infração;

c) Situação econômico-financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;

d) Reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza após aplicação da sanção anterior;

e) Circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração.

20.15. Em caso de atraso de pagamento devido pelo PROAMUSEP, aplicar-se-á correção monetária conforme o índice do IPCA-E, juros de mora de 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao mês e multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, salvo nos casos do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

20.16. Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei nº 10.520/2002, nº 8.666/1993 e decretos regulamentadores do pregão eletrônico.

20.17. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no SICAF.

21. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO

21.1. Fica assegurado ao PROAMUSEP o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

21.1.1. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

21.1.2. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

21.1.3. A nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

21.1.4. A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

21.1.5. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

21.1.6. A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.



21.1.7. A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Presidente do PROAMUSEP.

21.1.8. O Contrato poderá ser rescindido pelo Consórcio, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando a EMPRESA:

- a) Descumprir as condições estabelecidas no presente instrumento;
- b) Não retirar a respectiva Nota de Autorização de Despesa ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo Consórcio, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o preço contratado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) Demais hipóteses previstas no artigo 78, da Lei nº 8.666/93.

21.2. A rescisão do Contrato Administrativo, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente.

21.3. A fornecedora poderá solicitar a rescisão do Contrato Administrativo na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

22. CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO E ANTIFRAUDE

22.1. O contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) Define, para os fins desta disposição, os termos indicados a seguir:

I. "**prática corrupta**": significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;

II. "**prática fraudulenta**": significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;

III. "**prática colusiva**": significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de outra parte;

IV. "**prática coercitiva**": significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

v. "**prática obstrutiva**": significa:

(aa) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou

(bb) atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (e) abaixo:

b) Rejeitará uma proposta de outorga se determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;

c) Declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência,



inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;

d) Sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis do Banco, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado: (i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e (ii) para ser designado subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;

e) Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no Diário Oficial Eletrônico do PROAMUSEP e no Portal da Transparência do PROAMUSEP.

23.2. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o PROAMUSEP não será, em caso algum, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.3. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.4. Com fundamento na norma do art. 43, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93, é facultado à Pregoeira ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no processo desde a realização da sessão pública.

23.5. Os casos omissos serão resolvidos pela Pregoeira, que decidirá, com base na legislação vigente, em especial no que consta no artigo 47 do Decreto-Lei nº 10.024/19.

23.6. No julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeira poderá relevar omissões puramente formais, sanar erros ou falhas, desde que não contrariem a legislação vigente.

23.7. Na hipótese de divergência entre este Edital e quaisquer condições apresentadas pelas licitantes, prevalecerão sempre, para todos os efeitos, os termos deste Edital e dos documentos que o integram.

23.8. Todos os documentos expedidos pela licitante deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

23.9. Os documentos emitidos através da Internet serão conferidos pela Equipe de Apoio.

23.10. Os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome da licitante, com número de CNPJ/MF. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

23.11. Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

23.12. O presente Pregão poderá ser anulado ou revogado, nos termos do art. 49º da Lei Federal nº 8.666/93.

23.13. A licitante vencedora deverá manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e de participação exigidas no procedimento licitatório.

23.14. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente no mesmo horário, desde que não haja comunicação da pregoeira em contrário.



23.15. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no PROAMUSEP.

23.16. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o desta cidade de Maringá, Estado do Paraná.

23.17. Integram o presente edital: Termo de Referência, Modelo Padrão de Proposta de Preços, Modelo de Declaração Unificada, Modelo de Minuta do Contrato Administrativo e Relação dos Veículos a Serem Segurados.

ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	Modelo de Proposta de Preços
ANEXO III	Declaração Unificada
ANEXO IV	Minuta do Contrato Administrativo

Maringá/PR, 13 de outubro de 2022.

**Letícia Cristina Alves Drechasler da Silva
Pregoeira**



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 64/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2022
PROAMUSEP – UASG 926750

1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa qualificada para prestação de serviços de seguro total para assegurar os veículos utilizados pelo SAMU Regional Norte Novo.

2. JUSTIFICATIVA

Considerando que os veículos circulam constantemente em locais de trânsito intenso, fica propenso a sinistros e consequentes indenizações e ressarcimentos por danos a terceiros. Sendo dever deste Consórcio manter os veículos em condições de trafegabilidade, cobrindo os riscos derivados de sua circulação. Sendo assim, a contratação justifica-se pela necessidade de proporcionar segurança patrimonial ao veículo.

Considerando, ainda, que os veículos atendem a população dos trinta municípios consorciados que integram o SAMU REGIONAL – Norte Novo, sendo eles: Ângulo, Astorga, Atalaia, Colorado, Doutor Camargo, Floraí, Floresta, Flórida, Iguaçu, Itaguajé, Itambé, Ivatuba, Lobato, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Munhoz de Mello, Nossa Senhora das Graças, Nova Esperança, Ourizona, Paçandu, Paranacity, Presidente Castelo Branco, Santa Fé, Santa Inês, Santo Inácio, São Jorge do Ivaí, Sarandi e Uniflor, bem como, se necessário qualquer outro município no estado do Paraná, para tanto se faz necessária a presente contratação.

3. OBSERVAÇÕES GERAIS

Modalidade: Pregão.

Sistema: Contrato.

Tipo de Licitação: Menor preço.

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A dotação orçamentária, destinada ao pagamento do objeto licitado para o exercício 2022 está prevista, sendo a funcional programática: 01.001.04.122.0001.2002 – Manutenção das Atividades do SAMU, elemento de despesa: 33.90.30.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

5. DESCRIÇÃO, QUANTITATIVO E VALOR

5.1. Considerando a natureza do serviço, os itens foram agrupados, tendo em vista a eficiência na gestão dos contratos por parte deste Consórcio. Foi considerando também no agrupamento, se tratar de veículos da mesma categoria, vans e camionetes, transformadas em ambulâncias.

5.2. Após a pesquisa de preços, foi identificado que o agrupamento global, poderia restringir a competitividade, tendo em vista que potenciais fornecedores enviaram cotação para um grupo de veículos, para tanto, os itens foram agrupados em lotes, de acordo com a marca de cada veículo.

5.3. O critério de julgamento no ComprasGov será pelo valor global de cada lote, no entanto, será necessário apresentar a proposta com o valor unitário para cada item.

LOTE 01: Valor global: R\$ 6.253,11 (seis mil, duzentos e cinquenta e três reais e onze centavos).

LOTE	ITEM	CÓDIGO BR	CÓDIGO PROAMUSEP	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
01	01	BR13943	2172	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL	R\$ 6.253,11



				para os veículos da frota do CONSÓRCIO PROAMUSEP, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 (vinte e quatro) horas. VEÍCULO FIAT DUCATO AUA-5040	
VALOR TOTAL					R\$6.253,11

LOTE 02: Valor global: R\$ 7.058,94 (sete mil, cinquenta e oito reais e noventa e quatro centavos).

LOTE	ITEM	CÓDIGO BR	CÓDIGO PROAMUSEP	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
02	02	BR13943	2173	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL para os veículos da frota do CONSÓRCIO PROAMUSEP, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 (vinte e quatro) horas. VEÍCULO MITSUBISHI L200 TRITON RHG-7C64	R\$ 7.058,94
VALOR TOTAL					R\$ 7.058,94

LOTE 03: Valor global: R\$ 14.535,61 (quatorze mil, quinhentos e trinta e cinco reais e sessenta e um centavos).

LOTE	ITEM	CÓDIGO BR	CÓDIGO PROAMUSEP	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
03	03	BR13943	2157	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL para os veículos da frota do CONSÓRCIO PROAMUSEP, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 (vinte e quatro) horas. VEÍCULO CHEVROLET S10 AZY-7112	R\$ 7.427,80
	04	BR13943	2158	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL para os veículos da frota do CONSÓRCIO PROAMUSEP, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 (vinte e quatro) horas. CHEVROLET S10 BDV-4B88	R\$ 7.107,81
	VALOR TOTAL				R\$ 14.535,61

LOTE 04: Valor global: R\$ 28.595,10 (vinte e oito mil, quinhentos e noventa e cinco reais e dez centavos).

LOTE	ITEM	CÓDIGO BR	CÓDIGO PROAMUSEP	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
04	05	BR13943	2159	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL para os veículos da frota do CONSÓRCIO PROAMUSEP, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 (vinte e quatro) horas. VEÍCULO MB EUROLAF AMB BCC-7693	R\$ 5.719,02
	06	BR13943	2160	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL para os veículos da frota do CONSÓRCIO PROAMUSEP, com cobertura contra danos	R\$ 5.719,02



				materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 (vinte e quatro) horas. VEÍCULO MB EUROLAF AMB BCC-7780	
	07	BR13943	2161	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL para os veículos da frota do CONSÓRCIO PROAMUSEP, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 (vinte e quatro) horas. VEÍCULO MB EUROLAF AMB BCC-7798	R\$ 5.719,02
	08	BR13943	2162	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL para os veículos da frota do CONSÓRCIO PROAMUSEP, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 (vinte e quatro) horas. VEÍCULO MB EUROLAF AMB BCC-7801	R\$ 5.719,02
	09	BR13943	2163	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL para os veículos da frota do CONSÓRCIO PROAMUSEP, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 (vinte e quatro) horas. VEÍCULO MB EUROLAF AMB BCD-2155	R\$ 5.719,02
	VALOR TOTAL				R\$ 28.595,10

LOTE 05: Valor global: R\$ 21.981,88 (vinte e um mil, novecentos e oitenta e um reais e oitenta e oito centavos).

LOTE	ITEM	CÓDIGO BR	CÓDIGO PROAMUSEP	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
05	10	BR13943	2165	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL para os veículos da frota do CONSÓRCIO PROAMUSEP, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 (vinte e quatro) horas. VEÍCULO FORD TRANSIT AYH-6158	R\$ 5.616,09
	11	BR13943	2166	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL para os veículos da frota do CONSÓRCIO PROAMUSEP, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 (vinte e quatro) horas. VEÍCULO FORD TRANSIT AYH-6160	R\$ 5.616,09
	12	BR13943	2167	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL para os veículos da frota do CONSÓRCIO PROAMUSEP, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 (vinte e quatro) horas. VEÍCULO FORD TRANSIT AYH-6163	R\$ 5.616,09
	13	BR13943	2168	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL para os veículos da frota do CONSÓRCIO PROAMUSEP, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou	R\$ 5.133,61



			furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 (vinte e quatro) horas. VEÍCULO FORD TRANSIT AYH-6165	
VALOR TOTAL				R\$ 21.981,88

LOTE 06: Valor global: R\$ 25.648,28 (vinte e cinco mil, seiscentos e quarenta e oito reais e vinte e oito centavos).

LOTE	ITEM	CÓDIGO BR	CÓDIGO PROAMUSEP	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
06	14	BR13943	2164	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL para os veículos da frota do CONSÓRCIO PROAMUSEP, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 (vinte e quatro) horas. VEÍCULO RENAULT MASTER BCP-7H36	R\$ 6.927,53
	15	BR13943	2169	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL para os veículos da frota do CONSÓRCIO PROAMUSEP, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 (vinte e quatro) horas. VEÍCULO RENAULT MASTER AUU-6350	R\$ 6.240,25
	16	BR13943	2170	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL para os veículos da frota do CONSÓRCIO PROAMUSEP, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 (vinte e quatro) horas. VEÍCULO RENAULT MASTER AXT-8678	R\$ 6.240,25
	17	BR13943	2171	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL para os veículos da frota do CONSÓRCIO PROAMUSEP, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 (vinte e quatro) horas. VEÍCULO RENAULT MASTER AXT-8680	R\$ 6.240,25
	VALOR TOTAL				R\$ 25.648,28

5.4. Os valores das propostas serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte de pessoal para instalação e manutenção preventiva e corretiva e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada no edital de abertura do certame e no contrato administrativo.

6. COBERTURAS E ASSISTÊNCIAS

6.1. Cobertura abrangente:

6.1.1. A importância assegurada/garantida para o veículo será determinada com base na tabela FIPE – Fundo de Investimento de Preços Econômicos (www.fipe.com.br), no percentual de 100% observando o tipo de franquia.

6.1.2. As outras coberturas serão cotadas levando em consideração os seguintes valores:

- Cobertura abrangente (casco) de 100% tabela FIPE;
- RCF/DMT (Danos materiais a terceiros) R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
- RCF/DPT (Danos pessoais a terceiros) R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);



- d) APP/MORTE (Acidentes Pessoais de Passageiro, inclusive o motorista) R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
- e) APP/INVALIDEZ (Invalidez permanente a passageiro) R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
- f) Franquia reduzida;
- g) Assistência 24 horas;
- h) Assistência ilimitada de guincho;
- i) Franquia específica com cobertura total de vidros (laterais, para-brisa e traseiro), faróis, retrovisores, lanternas e cobertura para reparo de para-choques e arranhões.

6.2. Estão garantidos por esta cobertura os danos, totais ou parciais, causados ao veículo segurado decorrentes de:

- a) Acidentes de trânsito, tais como: colisão, capotagem ou queda acidental;
- b) Roubo ou furto parcial do veículo segurado ou a sua tentativa;
- c) Roubo ou furto total do veículo segurado;
- d) Incêndio, fenômenos da natureza;
- e) Danos causados ao veículo segurado após o roubo ou furto total, se o mesmo vier a ser recuperado antes do pagamento da indenização.

6.3. Indenização integral:

6.3.1. Estão garantidos por esta cobertura os danos causados ao veículo segurado que resultem em sua indenização integral, decorrentes de:

- a) Acidentes de trânsito, tais como: colisão, capotagem ou queda acidental;
- b) Roubo ou furto do veículo assegurado;
- c) Incêndio ou explosão acidental do veículo assegurado;
- d) Atos involuntários praticados por terceiros;
- e) Inundações, alagamentos, ventos fortes, granizo e queda acidental de qualquer agente ou objeto externo sobre o veículo.

6.4. Roubo e incêndio:

6.4.1. Estão garantidos por esta cobertura os danos totais e parciais causados ao veículo segurado decorrentes de:

- a) Roubo ou furto de veículo segurado ou da sua tentativa;
- b) Incêndio ou explosão involuntária do veículo assegurado;
- c) Danos causados ao veículo segurado após o roubo ou furto total, se o mesmo vier a ser recuperado antes do pagamento da indenização.

7. VIGÊNCIA

7.1. A apólice terá sua vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

7.1.1. O contrato poderá ser prorrogado por iguais ou sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme termos do artigo 57, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93.

8. AVISO DE SINISTRO

8.1. A Contratada deverá colocar à disposição da Contratante, 24 horas por dia, 07 dias da semana, Central de comunicação para aviso de sinistro.

8.2. A Central poderá funcionar por e-mail, telefone, fax ou serviço online, com acessibilidade em todo território nacional.

8.3. Após registro de sinistro, por um dos meios elencados acima, terá no máximo 05 (cinco) dias a contar da data do registro para realizar a vistoria no veículo e proceder a liberação do serviço a ser executado.

8.4. Havendo a necessidade de reboque, a Contratada deverá atender em um prazo máximo de 04 (quatro) horas após o aviso do sinistro quando for dentro do município, caso contrário, o prazo máximo será de até 06 (seis) horas.



8.5. Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da Contratante, não cabendo pela Contratada quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.

8.6. O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro conforme.

8.7. Havendo descumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a Contratada ficará sujeita a multa diária correspondente a 2% do valor da indenização além das penalidades previstas em lei.

8.8. Em caso de sinistro de perda parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo PROAMUSEP, prioritariamente à concessionária que irá promover o conserto do veículo, caso a concessionária não esteja com sua documentação regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse à concessionária.

8.8.1. Sinistros parciais ocorrem quando o custo para conserto do veículo é de até 75% do valor do carro.

9. FRANQUIA

9.1. A franquia considerada é a reduzida, devendo ser observado os itens a seguir:

9.1.1. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio);

9.1.2. O valor da franquia deverá constar obrigatoriamente na proposta e na apólice, devendo para isso, serem consideradas as informações e detalhes, devendo ser ofertada de acordo com análise para o veículo e seu devido bônus, franquias de valores menores;

9.1.3. Os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistro com substituições unicamente de itens como vidros laterais, traseiros, para-brisa, faróis e lanternas e para-choques, deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice, e para isso, devem ser considerados as informações, devendo ser ofertada de acordo com análise por veículo e seus devidos bônus, franquias de menores valores;

9.1.4. Em havendo sinistro com a necessidade específica de substituição de vidros laterais, traseiros, para-brisa, faróis, lanternas, para-choques, a CONTRATADA cobrará franquia específica para esses serviços, nos termos da proposta apresentada;

9.1.5. Em caso de sinistro de perda parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago ao PROAMUSEP, prioritariamente à concessionária que irá promover o conserto do veículo, caso a concessionária não esteja com sua documentação regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse à concessionária;

9.1.6. Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão;

9.2. Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

10. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

10.1. Os serviços acima relacionados deverão ser executados por mão-de-obra qualificada, de boa qualidade e com responsabilidade, cumprindo, assim, os critérios de segurança. Sendo que sua garantia deverá estar de acordo com as normas de controle de qualidade a que estão vinculados.

10.2. Não serão aceitos a subcontratação de qualquer prestação de serviços objetos deste Termo de Referência.

11. FORMA DE EXECUÇÃO E ENTREGA

11.1. Os serviços deverão ser executados pela empresa vencedora conforme proposta apresentada e após homologação, quando solicitado através da Nota de Autorização de Despesas.



11.2. No prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da data da entrega da Nota de Autorização de Despesas.

11.3. O veículo relacionado para ser segurado, estará à disposição da empresa vencedora, para o caso de retirada de decalques, avaliação e etc.

11.4. A apólice será entregue pela empresa vencedora ao PROAMUSEP, mediante Nota de Autorização de Despesas.

11.5. Em eventual sinistro de perda parcial, o veículo será encaminhado a Concessionária escolhida pela Contratante, o valor referente à franquia deverá ser pago prioritariamente à concessionária que irá promover o conserto de veículo, caso a concessionária não esteja com sua documentação regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse à concessionária, após empenho e ordem de faturamento.

11.6. O recebimento dos serviços será feito através da entrega da Apólice, acompanhada da Nota Fiscal de Serviços, ao Responsável pela Secretaria Executiva do PROAMUSEP.

12. OBRIGAÇÕES

12.1. Obrigações da Contratada:

a) Responsabilizar-se e arcar com quaisquer impostos, taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da presente licitação, bem como demais custos, encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas;

b) A contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

c) Todas as despesas diretas, indiretas, benefícios, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da aquisição, tributos, sem qualquer exceção, que incidirem sobre o objeto da presente licitação, encargos sociais, fiscais e o que mais de direito, correrão por conta exclusiva da contratada, e deverão ser pagos nas épocas devidas, não havendo, em hipótese alguma falar-se em responsabilidade solidária ou subsidiária do Consórcio;

d) Responsabilizar pelo comportamento dos seus empregados e por quaisquer danos que estes venham porventura ocasionar ao Consórcio ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo durante a execução dos serviços, autorizando-o a abater o valor correspondente dos pagamentos devidos;

e) acatar as orientações do Consórcio, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

12.2. Obrigações da Contratante:

a) Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Termo de Referência;

b) Notificar a contratada, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do contrato, fixando prazo para a sua correção;

c) Fornecer à Contratada todos os esclarecimentos necessários para a execução dos serviços e demais informações que esta venha a solicitar para o desempenho dos serviços contratados.

13. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

13.1. Para a execução do pagamento, a contratada deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasuras, com data legível, a descrição do objeto licitado, valor total, o nome do Consórcio Público Intermunicipal de Gestão da AMUSEP – PROAMUSEP, CNPJ/MF nº 17.989.386/0001-09, conforme for o caso, e fazer menção a este processo licitatório e ao Contrato Administrativo.

13.2. O pagamento será efetuado à vista, após a assinatura do contrato, para posterior envio da apólice.

13.3. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquele será devolvida à Contratada e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização



da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o Consórcio.

13.4. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

13.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

13.6. Em caso de atraso de pagamento devido pelo PROAMUSEP, aplicar-se-á correção monetária conforme o índice do IPCA-E, juros de mora de 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao mês e multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, salvo nos casos do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

14. SANÇÕES

14.1. Além das sanções previstas no capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, a Contratada estará sujeita às penalidades a seguir discriminadas:

I) Advertência, sempre que as irregularidades forem de menor gravidade, a critério do PROAMUSEP;

II) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do Contrato Administrativo para mau funcionamento de até 10 (dez) dias sem solução;

III) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato Administrativo para mau funcionamento superior a 10 (dez) dias e inferior a 30 (trinta) dias sem solução;

IV) Para mau funcionamento superior a 30 (trinta) dias sem solução e, ainda, pela inexecução total ou parcial do Contrato Administrativo, o Consórcio poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções:

a) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato Administrativo;

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até 02 (dois) anos;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

d) Rescisão do Contrato Administrativo, na forma da lei.

Se a CONTRATADA ensejar o retardamento da execução do Contrato Administrativo, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a contratação, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Consórcio pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas aplicáveis e demais cominações legais.

14.2. No caso de aplicação de qualquer das sanções previstas nesta Cláusula, caberá apresentação de recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

14.3. A aplicação das sanções aqui previstas, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA inadimplente por eventuais perdas e danos causados ao Consórcio e/ou às unidades de recebimento.

14.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis, e deverá ser paga ao Consórcio, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data de sua aplicação ou poderão ser descontadas dos pagamentos das faturas devidas pelo Consórcio, quando for o caso.

15. FRAUDE E CORRUPÇÃO:

15.1. As licitantes devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

15.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;



b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

15.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a Licitante vencedora concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

16. FISCAL DE CONTRATO

FISCAL: RODOLFO MORENO MENDES DE MORAIS	CARGO: ASSESSOR EXECUTIVO
SUPLENTE DO FISCAL: DOUGLAS RIBEIRO DO PRADO	CARGO: DIRETOR FINANCEIRO
GESTOR: CAMILA APARECIDA SOUZA DE FREITAS	CARGO: SECRETÁRIA EXECUTIVA
SUPLENTE DO GESTOR: LUCAS ARTHUR BARTZ CRUZ	CARGO: ASSESSOR JURÍDICO



ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 64/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2022
PROAMUSEP – UASG 926750**

Razão Social:

Nome de Fantasia (se houver):

CNPJ nº

Endereço:

Telefone:

LOTE	ITEM	CÓDIGO BR	CÓDIGO PROAMUSEP	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT

Valor Global da Proposta por extenso:

Prazo de validade da proposta:

Representante(que assinará
a ata/contrato)

Nome:

CPF:

RG:

Cargo:

Cumpre-nos informar-lhes ainda que examinamos os documentos da licitação, inteirando-nos dos mesmos para elaboração da presente proposta.

E em consonância aos referidos documentos, declaramos que:

2. A validade da proposta é de 60 (noventa) dias, no mínimo.

3. No preço proposto já estão incluídos todos os tributos e demais encargos incidentes na operação.

Local e data _____

Identificação e assinatura do representante ou credenciado

Emitir em papel timbrado da empresa ou apor carimbo da empresa juntamente com a assinatura do seu representante.



ANEXO III – DECLARAÇÃO UNIFICADA

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 64/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2022
PROAMUSEP – UASG 926750**

À pregoeira e equipe de Apoio

Consórcio Público Intermunicipal de Gestão da AMUSEP – PROAMUSEP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:

() Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.*

**Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.*

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescida pela Lei nº 9.854/99.

2) Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3) Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

4) Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso III, do artigo 9º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

5) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Consórcio, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do

RG sob nº e CPF nº
cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do contrato.

7) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço eletrônico:

E-mail:

Telefone: ()



8) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração a este Consórcio, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

9) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do contrato, referente ao Pregão Eletrônico n.º ____/____ e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no Contrato.

..... de.....

Identificação e assinatura do representante ou credenciado

Emitir em papel timbrado da empresa ou apor carimbo da empresa juntamente com a assinatura do seu representante.



ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 64/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2022
PROAMUSEP – UASG 926750

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____ / ____

I – DAS PARTES:

A) O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DA AMUSEP – PROAMUSEP, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato representado por seu Presidente, Sr. _____, brasileiro, casado, agente público, portador da Cédula de Identidade RG nº _____ SSP - _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliado na cidade de _____, Estado _____, doravante denominado **CONTRATANTE**.

B) _____, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na _____, nº _____, na cidade de _____, Estado do _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representado pelo Sr. _____, sócio administrador, brasileiro, _____, _____, portador da Cédula de Identidade RG. n.º _____, inscrito no CPF/MF sob n.º _____, residente e domiciliado na cidade de _____, Estado do Paraná, doravante denominada **CONTRATADA**.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Este Contrato Administrativo decorre do contido no processo administrativo nº _____/_____, licitação modalidade Pregão Eletrônico nº _____/_____, e será regido pelas disposições constantes da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, demais legislações complementares aplicáveis, e em conformidade com as cláusulas e demais condições a seguir estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a contratação de empresa qualificada para prestação de serviços de seguro total para assegurar os veículos utilizados pelo SAMU Regional Norte Novo, conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital.

ITEM	CÓDIGO BR	CÓDIGO PROAMUSEP	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL ANUAL
01							

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO CONTRATO

2.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O valor global do presente contrato é de R\$ _____.

3.2. Os valores constantes (item 3.1 desta cláusula) constituirão a única e completa remuneração pelo fornecimento dos materiais, incluindo o frete e todos os custos diretos e indiretos da Contratada, inclusive os encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre os mesmos, ficando vedada qualquer alteração posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.



3.3. O PROAMUSEP reserva-se ao direito de solicitar o quantitativo descrito na cláusula primeira, de forma parcelada, ao longo de 12 meses.

3.4.1. Ao longo da vigência deste Contrato, o PROAMUSEP solicitará o fornecimento do objeto licitado, de acordo com sua necessidade.

3.4.2. Aplica-se o disposto no artigo 65º, §1º da Lei nº 8666/93 ao presente contrato, no que couber.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. Para a execução do pagamento, a contratada deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasuras, com data legível, a descrição do objeto licitado, valor total, o nome do Consórcio Público Intermunicipal de Gestão da AMUSEP – PROAMUSEP, CNPJ/MF nº 17.989.386/0001-09, conforme for o caso, e fazer menção a este processo licitatório e ao Contrato Administrativo.

4.2. O pagamento será efetuado à vista, após a assinatura do contrato, para posterior envio da apólice.

4.3. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquele será devolvida à Contratada e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o Consórcio.

4.4. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

4.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

4.6. Em caso de atraso de pagamento devido pelo PROAMUSEP, aplicar-se-á correção monetária conforme o índice do IPCA-E, juros de mora de 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao mês e multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, salvo nos casos do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REAJUSTE DE PREÇOS

5.1. A dotação orçamentária, destinada ao pagamento do objeto licitado para o exercício 2022 está prevista, sendo a funcional programática: 01.001.04.122.0001.2002 – Manutenção das Atividades do SAMU, elemento de despesa: 33.90.30.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

5.2. Durante a vigência do presente Contrato, os valores registrados não serão reajustados.

5.3. Somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no Artigo 65, II, “d” da Lei 8.666/93.

5.4. Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.

5.5. Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Compras e Licitações do Consórcio.

5.6. Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 65, II, “d” da Lei 8.666/93.

5.7. Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE EXECUÇÃO E ENTREGA

6.1. Os serviços deverão ser executados de forma integral conforme solicitado pelo PROAMUSEP, através de Nota de Autorização de Despesas.



6.2. Os serviços deverão ser executados pela empresa vencedora conforme proposta apresentada e após homologação, quando solicitado através da Nota de Autorização de Despesas.

6.3. No prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da data da entrega da Nota de Autorização de Despesas.

6.4. O veículo relacionado para ser segurado, estará à disposição da empresa vencedora, para o caso de retirada de decalques, avaliação e etc.

6.5. A apólice será entregue pela empresa vencedora ao PROAMUSEP, mediante Nota de Autorização de Despesas.

6.6. Em um eventual sinistro de perda parcial, o veículo será encaminhado a Concessionária escolhida pela Contratante, o valor referente à franquia deverá ser pago prioritariamente à concessionária que irá promover o conserto de veículo, caso a concessionária não esteja com sua documentação regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse à concessionária, após empenho e ordem de faturamento.

6.7. O recebimento dos serviços será feito através da entrega da Apólice, acompanhada da Nota Fiscal de Serviços; ao Responsável pelo Secretário executivo do PROAMUSEP.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. Constituem obrigações da Contratada:

a) Responsabilizar-se e arcar por quaisquer impostos, taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da presente licitação, bem como demais custos, encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas.

b) A contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

c) Todas as despesas diretas, indiretas, benefícios, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da aquisição, tributos, sem qualquer exceção, que incidirem sobre o objeto da presente licitação, encargos sociais, fiscais e o que mais de direito, correrão por conta exclusiva da contratada, e deverão ser pagos nas épocas devidas, não havendo, em hipótese alguma falar-se em responsabilidade solidária ou subsidiária do Consórcio.

d) Responsabilizar pelo comportamento dos seus empregados e por quaisquer danos que estes venham porventura ocasionar ao Consórcio ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo durante a execução dos serviços, autorizando-o a abater o valor correspondente dos pagamentos devidos;

e) Acatar as orientações do Consórcio, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

7.2. Constituem obrigações do Consórcio:

a) Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Termo de Referência;

b) Notificar a contratada, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do contrato, fixando prazo para a sua correção;

c) Fornecer à Contratada todos os esclarecimentos necessários para a execução dos serviços e demais informações que esta venha a solicitar para o desempenho dos serviços contratados;

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. Além das sanções previstas no capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, a Contratada estará sujeita às penalidades a seguir discriminadas:

I) Advertência, sempre que as irregularidades forem de menor gravidade, a critério do PROAMUSEP;

II) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do Contrato Administrativo para mau funcionamento de até 10 (dez) dias sem solução;



III) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato Administrativo para mau funcionamento superior a 10 (dez) dias e inferior a 30 (trinta) dias sem solução;

IV) Para mau funcionamento superior a 30 (trinta) dias sem solução e, ainda, pela inexecução total ou parcial do Contrato Administrativo, o Consórcio poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções:

- a) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato Administrativo;
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até 02 (dois) anos;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- d) Rescisão do Contrato Administrativo, na forma da lei.

Se a CONTRATADA ensejar o retardamento da execução do Contrato Administrativo, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a contratação, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Consórcio pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas aplicáveis e demais cominações legais.

8.2. No caso de aplicação de qualquer das sanções previstas nesta Cláusula, caberá apresentação de recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

8.3. A aplicação das sanções aqui previstas, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA inadimplente por eventuais perdas e danos causados ao Consórcio e/ou às unidades de recebimento.

8.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis, e deverá ser paga ao Consórcio, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data de sua aplicação ou poderão ser descontadas dos pagamentos das faturas devidas pelo Consórcio, quando for o caso.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1. Por conveniência do **CONTRATANTE** o presente instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, conforme artigos 77 e 78 da lei nº 8666/93, reconhecendo a **CONTRATADA** neste ato, os direitos do PROAMUSEP no caso de rescisão administrativa, conforme artigos 55, IX combinado com o Artigo 77 todos da Lei nº 8.666/93 e em especial nos seguintes casos:

- a) A **CONTRATADA** não cumprir as obrigações constantes deste contrato;
- b) Os preços se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- c) Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado pelo **CONTRATANTE**.

9.2. Quando a **CONTRATADA** der causa à rescisão do contrato, além da multa de 20% (vinte por cento) do valor contratual e demais penalidades previstas, fica sujeita a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FRAUDE E ANTICORRUPÇÃO

10.1. As licitantes devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

10.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;



d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

10.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

10.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a Licitante vencedora concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

11.1. Nas contratações em que se façam necessárias inclusões de qualquer elemento não constante do presente, serão efetuadas por “TERMO ADITIVO”, que integrarão o contrato para todos os fins e efeitos de direito.

11.2. Conforme previsão do Art. 65 da Lei nº 8666/93, este contrato, poderá ser alterado, com as devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PARTES INTEGRANTES

12.1. As condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 35.2022 e na proposta apresentada pela CONTRATADA, são partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. As partes elegem o foro da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, para solucionar quaisquer dúvidas quanto à execução do presente contrato.

Justas e contratada firmam as partes este instrumento em 02 (duas) vias com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.

PROAMUSEP

CONTRATADA

Testemunhas:

1) _____

2) _____

Nome:

Nome:

CPF nº

CPF nº